

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E INOVAÇÃO INDUSTRIAL

BALANÇO PATRIMONIAL

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E INOVAÇÃO INDUSTRIAL - EMBRAPII

CNPJ/MF 18.234.613/0001-59

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em Reais)

Table with columns: Ativo, Nota, 2024, 2023. Rows include CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA, CAIXA RESTRIÇÃO, ADIANTAMENTOS A OUTRAS ENTIDADES E TERCEIROS, etc.

Table with columns: Passivo, Nota, 2024, 2023. Rows include OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS, PROVISÕES PATRIMONIAIS, OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS, etc.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em Reais), Nota, 2024, 2023. Rows include RECEITA OPERACIONAL, RECEITA DO CUSTEIO ADMINISTRATIVO, etc.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em Reais), 2024, 2023. Rows include Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimentos, etc.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em Reais), Supéravit acumulado, Supéravit (Déficit) do exercício, Total. Rows include Saldos em 1º de janeiro de 2022, Saldos em 31 de dezembro de 2022, etc.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em Reais), 2024, 2023. Rows include Supéravit/(Déficit) do exercício, Outros resultados abrangentes, Total do superávit/(déficit) abrangente do exercício.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)
1.2 Aspectos operacionais
1.1 Informações gerais
A Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial ("EMBRAPII" ou "Entidade"), é uma pessoa jurídica de direito privado, constituída na forma de associação civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 18.234.613/0001-59, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e de duração indeterminada, nos termos dos artigos 53 a 61, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. A EMBRAPII promove a cooperação entre instituições de pesquisa científica e tecnológica e empresas industriais, incentivando a sinergia e o intercâmbio de conhecimentos e tecnologias. Sua missão é promover e incentivar a realização de projetos empresariais de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) voltados para setores industriais em áreas determinadas pelo Conselho de Administração, por meio de cooperação a ser firmada com instituições de pesquisa tecnológica (art. 4º do Estatuto).

A Entidade apresenta as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social mesmo que não tenha auferido resultado no exercício atual e anteriores.
2.1 Modelo funcional e método de apuração
As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em "Real", que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos são apresentados em Real, exceto quando indicado de outra forma.
2.2 Base contábil
A elaboração de Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e promessas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.
2.4 Base de mensuração
As Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no custo histórico.
3.1 Operações com agente
A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas Demonstrações Contábeis, salvo indicação em contrário.

(ii) Desreconhecimento
Ativos financeiros
A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando:
• os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
• transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
• substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
• A Entidade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.
A Entidade realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nos casos em que ativos financeiros não são desreconhecidos.
Passivos financeiros
A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil estimado e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

1.2 Aspectos fiscais
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLJ)
A EMBRAPII, por força de isenção legal, consubstanciada no art. 15 da Lei nº 9.532/97, e isenções postergadas, não está sujeita aos encargos tributários relacionados ao IRPJ e a CSLJ.
Programas de Integração Social (PIS)
De acordo com o art. 2º, da Lei nº 9.715/1998, e art. 13, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, a contribuição para o PIS é determinada na base de 1% sobre os proventos da folha de pagamento do mês, com exceção das determinadas entidades sem finalidade de lucro, que inclui as características da EMBRAPII. Entende-se por folha de salários mensal o total dos rendimentos do trabalho assalariado de qualquer natureza, tais como salários, gratificações, comissões, adicionais de função, ajuda de custo, aviso prévio trabalhado, adicional de férias, quinquênio, adicional noturno, hora extra, 13º salário e repouso semanal remunerado. Não integram a base de cálculo o salário-família, o aviso prévio indenizado, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pago diretamente ao empregado na rescisão contratual, a indenização por dispensa, desde que dentro dos limites legais.
Nesse contexto, a EMBRAPII recebe o maior crédito de folha de salário dos seus empregados.
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)
Vide Nota Explicativa nº 12.

3.2 Benefícios de curto prazo a empregados
Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados, são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado, caso a Entidade tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.
3.3 Recitas financeiras
As recitas financeiras da Entidade são provenientes de aplicações financeiras e são registradas como contrapartida do passivo de Recursos Vinculados, uma vez que estão destinadas exclusivamente à execução de projetos.
3.4 Imobilização
Reconhecimento e mensuração
Os itens do imobilizado são mensurados pelo seu custo histórico ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).
(III) Depreciação
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais esperados, em uma base linear, por meio de taxas que refletem a vida útil dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado.
Nos valores informados a título de depreciação constam a baixa de depreciação do arrendamento mercantil (CPG 06 (r2)), conforme consta na nota explicativa nº 16.4.

(iv) Redução ao valor recuperável
A Entidade reconhece provisão para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Em cada data de balanço, a Entidade avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que os ativos financeiros tenham problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:
• Dificuldades financeiras significativas do devedor
• Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias de liquidez que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira
• Desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.
A provisão para perdas sobre ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

1.3 Capital Circulante Líquido (CCL)
Os saldos de Adiantamentos às Unidades EMBRAPII são apresentados no passivo de forma líquida, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Essa apresentação é adotada quando as transações entre ativos e passivos refletem a essência das operações e proporcionam maior clareza aos usuários das informações contábeis, permitindo a compensação entre ativos e passivos no Balanço Patrimonial. Portanto, os valores apresentados na conta "Subvenções a realizar" não se referem a obrigações financeiras em fornecedores ou financiamentos, mas sim a recursos disponíveis na data do fechamento do balanço para fomento a PDI. A gestão dos saldos desses recursos é feita pela administração da EMBRAPII e possui como principal requisito a liquidez de contratos firmados entre a EMBRAPII e as empresas contratadas em projetos de PDI. Por fim, caso haja a necessidade de verificar a capacidade de pagamento para as obrigações financeiras da EMBRAPII (Fornecedores, Colaboradores e Tributárias), deverá ser efetuado o cálculo do CCL líquido, considerando o maior crédito de folha de salário do Balanço Patrimonial, bem como a conta de caixa restrito, pois estes possuem limitação de utilização, parte já está comprometidos com projetos que estão em desenvolvimento..

3.5 Instrumentos financeiros
(III) Depreciação
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais esperados, em uma base linear, por meio de taxas que refletem a vida útil dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado.
Nos valores informados a título de depreciação constam a baixa de depreciação do arrendamento mercantil (CPG 06 (r2)), conforme consta na nota explicativa nº 16.4.

3.6 Recuperação do resultado
A EMBRAPII e EMBRAPII fazem parte da estrutura de execução de projetos de pesquisas científicas e tecnológicas, entretanto a Entidade não detém o controle e a governança dessas entidades.
A EMBRAPII se caracteriza como interveniente na execução dos projetos.
Após análises das disposições contidas no CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, ficou evidente que a natureza das transações de repasses efetuados pela EMBRAPII às outras entidades é uma operação de performance para fornecer os próprios bens ou serviços específicos. O objetivo da EMBRAPII é de organizar para que esses bens ou serviços sejam fornecidos por outra parte, nesse contexto, a EMBRAPII se configura como uma entidade "Agente" e não uma entidade "Principal".
A EMBRAPII não recebe recursos fornecidos para outras entidades está contida no Contrato de Gestão, e não foram identificados casos em que a EMBRAPII pudesse se configurar como entidade "Principal".
Em razão do não recebimento de bens ou serviços ativos ou passivos específicos seja transferido para as outras entidades, pois os recursos apenas transitam pela EMBRAPII até que sejam repassados às Unidades EMBRAPII.

1.4 Ambiental, Social and Governance (ESG)
A EMBRAPII está estruturada em modelo de mensuração de impacto ESG, baseado em indicadores que poderão utilizar as seguintes métricas:
• Métricas ambientais: Redução de emissões de carbono dos projetos financeiros, adoção de energia renovável e redução de resíduos.
• Métricas sociais: Número de projetos com impacto social direto, participação de mulheres e diversidade em PDI, geração de empregos qualificados.
• Métricas de governança: Cumprimento de normativas regulatórias, auditorias externas e controles internos de compliance.
A entidade reafirma seu compromisso em desenvolver e divulgar diretrizes ESG para atender aos padrões internacionais de sustentabilidade.

3.7 Caixa, equivalentes de caixa e caixa restrito
O caixa restrito compreende saldos em contas bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata, prontamente convertíveis em caixa e com risco insignificante de variação de valor.
3.8 Provisões
As provisões são reconhecidas quando: (i) a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.
A Administração da Associação não tem conhecimento de contingências que requeiram a constatação de provisão para futura perda.

3.9 Arrendamento
As arrendamentos, conforme consta no IFRS 16 / CPC 06, referem-se ao imobilizados nos quais os riscos e benefícios econômicos são transferidos para o arrendatário. O arrendamento é reconhecido quando possui direito de uso superior a 12 meses. O imobilizado e registrado pelo valor presente dos pagamentos futuros, mediante taxa de desconto incremental (taxa balcão do Banco do Brasil). O valor registrado no ativo e depreciado pelas taxas definidas na nota explicativa nº 7. Os ativos de direito de uso são depreciados ao longo do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo, conforme o menor período. Os passivos de arrendamento são atualizados pelo método de juros efetivos e reduzidos conforme os pagamentos ocorrem.
As taxas de depreciação e de juros são definidas e demonstradas na nota explicativa nº 7.
A Companhia aplica isenção para arrendamentos de curto prazo (até 12 meses) e para ativos de baixo valor, reconhecendo os pagamentos diretamente no resultado do período.
O prazo de contrato, bem como demais informações necessárias, estão demonstradas na nota explicativa nº 07.

1.5 Reforma Tributária e seus Impactos Contábeis e Fiscais
Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar 214/2025, que institui um novo modelo de tributação sobre o consumo no Brasil. A referida lei substitui diversos tributos federais, estaduais e municipais por novos contribuintes, incluindo:
• IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) – substituindo ICM e ISS.
• CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) – unificando PIS e COFINS.
• IS (Imposto Seletivo) – tributo incidente sobre bens e serviços considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.
A transição para o novo sistema tributário terá início em 2026, com a coexistência dos tributos antigos e novos até 2033, quando os impostos substituídos serão integralmente extintos.

3.10 Instrumentos financeiros
(III) Depreciação
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais esperados, em uma base linear, por meio de taxas que refletem a vida útil dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado.
Nos valores informados a título de depreciação constam a baixa de depreciação do arrendamento mercantil (CPG 06 (r2)), conforme consta na nota explicativa nº 16.4.

3.11 Instrumentos financeiros
(III) Depreciação
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais esperados, em uma base linear, por meio de taxas que refletem a vida útil dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado.
Nos valores informados a título de depreciação constam a baixa de depreciação do arrendamento mercantil (CPG 06 (r2)), conforme consta na nota explicativa nº 16.4.

Impacto para Entidades sem Fins Lucrativos
Como entidade sem finalidade de lucro, a organização possui tratamento tributário diferenciado, conforme previsto na legislação vigente, sendo isenta de diversos tributos incidentes sobre atividades econômicas. No entanto, a Reforma Tributária pode impactar a entidade de diferentes maneiras:
• Isenções e Imunidades Tributárias
• Possíveis Custos com IBS e outros Serviços Contratados
• Reflexos nos Contratos de Parcerias e Convênios
• Impacto nos Incentivos Fiscais e Subvenções

3.12 Instrumentos financeiros
(III) Depreciação
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais esperados, em uma base linear, por meio de taxas que refletem a vida útil dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado.
Nos valores informados a título de depreciação constam a baixa de depreciação do arrendamento mercantil (CPG 06 (r2)), conforme consta na nota explicativa nº 16.4.

3.13 Instrumentos financeiros
(III) Depreciação
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais esperados, em uma base linear, por meio de taxas que refletem a vida útil dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado.
Nos valores informados a título de depreciação constam a baixa de depreciação do arrendamento mercantil (CPG 06 (r2)), conforme consta na nota explicativa nº 16.4.

2. Base de preparação
2.1 Declaração de formalidade
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com base nas normas e orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o ITC 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.
A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 21 de março de 2025, todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e, somente essas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.14 Instrumentos financeiros
(III) Depreciação
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais esperados, em uma base linear, por meio de taxas que refletem a vida útil dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado.
Nos valores informados a título de depreciação constam a baixa de depreciação do arrendamento mercantil (CPG 06 (r2)), conforme consta na nota explicativa nº 16.4.

3.15 Instrumentos financeiros
(III) Depreciação
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais esperados, em uma base linear, por meio de taxas que refletem a vida útil dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado.
Nos valores informados a título de depreciação constam a baixa de depreciação do arrendamento mercantil (CPG 06 (r2)), conforme consta na nota explicativa nº 16.4.

2.2 Declaração de formalidade
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com base nas normas e orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o ITC 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.
A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 21 de março de 2025, todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e, somente essas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.16 Instrumentos financeiros
(III) Depreciação
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais esperados, em uma base linear, por meio de taxas que refletem a vida útil dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado.
Nos valores informados a título de depreciação constam a baixa de depreciação do arrendamento mercantil (CPG 06 (r2)), conforme consta na nota explicativa nº 16.4.

3.17 Instrumentos financeiros
(III) Depreciação
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais esperados, em uma base linear, por meio de taxas que refletem a vida útil dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado.
Nos valores informados a título de depreciação constam a baixa de depreciação do arrendamento mercantil (CPG 06 (r2)), conforme consta na nota explicativa nº 16.4.

2.3 Declaração de formalidade
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com base nas normas e orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o ITC 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.
A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 21 de março de 2025, todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e, somente essas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.18 Instrumentos financeiros
(III) Depreciação
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais esperados, em uma base linear, por meio de taxas que refletem a vida útil dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado.
Nos valores informados a título de depreciação constam a baixa de depreciação do arrendamento mercantil (CPG 06 (r2)), conforme consta na nota explicativa nº 16.4.

3.19 Instrumentos financeiros
(III) Depreciação
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais esperados, em uma base linear, por meio de taxas que refletem a vida útil dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado.
Nos valores informados a título de depreciação constam a baixa de depreciação do arrendamento mercantil (CPG 06 (r2)), conforme consta na nota explicativa nº 16.4.

2.4 Declaração de formalidade
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com base nas normas e orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o ITC 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.
A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 21 de março de 2025, todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e, somente essas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.20 Instrumentos financeiros
(III) Depreciação
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais esperados, em uma base linear, por meio de taxas que refletem a vida útil dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado.
Nos valores informados a título de depreciação constam a baixa de depreciação do arrendamento mercantil (CPG 06 (r2)), conforme consta na nota explicativa nº 16.4.

3.21 Instrumentos financeiros
(III) Depreciação
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais esperados, em uma base linear, por meio de taxas que refletem a vida útil dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado.
Nos valores informados a título de depreciação constam a baixa de depreciação do arrendamento mercantil (CPG 06 (r2)), conforme consta na nota explicativa nº 16.4.

2.5 Declaração de formalidade
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com base nas normas e orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o ITC 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.
A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 21 de março de 2025, todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e, somente essas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.22 Instrumentos financeiros
(III) Depreciação
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais esperados, em uma base linear, por meio de taxas que refletem a vida útil dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado.
Nos valores informados a título de depreciação constam a baixa de depreciação do arrendamento mercantil (CPG 06 (r2)), conforme consta na nota explicativa nº 16.4.

3.23 Instrumentos financeiros
(III) Depreciação
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais esperados, em uma base linear, por meio de taxas que refletem a vida útil dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado.
Nos valores informados a título de depreciação constam a baixa de depreciação do arrendamento mercantil (CPG 06 (r2)), conforme consta na nota explicativa nº 16.4.

2.6 Declaração de formalidade
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com base nas normas e orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o ITC 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.
A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 21 de março de 2025, todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e, somente essas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.24 Instrumentos financeiros
(III) Depreciação
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais esperados, em uma base linear, por meio de taxas que refletem a vida útil dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado.
Nos valores informados a título de depreciação constam a baixa de depreciação do arrendamento mercantil (CPG 06 (r2)), conforme consta na nota explicativa nº 16.4.

3.25 Instrumentos financeiros
(III) Depreciação
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais esperados, em uma base linear, por meio de taxas que refletem a vida útil dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado.
Nos valores informados a título de depreciação constam a baixa de depreciação do arrendamento mercantil (CPG 06 (r2)), conforme consta na nota explicativa nº 16.4.

2.7 Declaração de formalidade
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com base nas normas e orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o ITC 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.
A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 21 de março de 2025, todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e, somente essas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.26 Instrumentos financeiros
(III) Depreciação
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais esperados, em uma base linear, por meio de taxas que refletem a vida útil dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado.
Nos valores informados a título de depreciação constam a baixa de depreciação do arrendamento mercantil (CPG 06 (r2)), conforme consta na nota explicativa nº 16.4.

3.27 Instrumentos financeiros
(III) Depreciação
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais esperados, em uma base linear, por meio de taxas que refletem a vida útil dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado.
Nos valores informados a título de depreciação constam a baixa de depreciação do arrendamento mercantil (CPG 06 (r2)), conforme consta na nota explicativa nº 16.4.

2.8 Declaração de formalidade
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com base nas normas e orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o ITC 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.
A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 21 de março de 2025, todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e, somente essas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.28 Instrumentos financeiros
(III) Depreciação
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais esperados, em uma base linear, por meio de taxas que refletem a vida útil dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado.
Nos valores informados a título de depreciação constam a baixa de depreciação do arrendamento mercantil (CPG 06 (r2)), conforme consta na nota explicativa nº 16.4.

3.29 Instrumentos financeiros
(III) Depreciação
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais esperados, em uma base linear, por meio de taxas que refletem a vida útil dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado.
Nos valores informados a título de depreciação constam a baixa de depreciação do arrendamento mercantil (CPG 06 (r2)), conforme consta na nota explicativa nº 16.4.

2.9 Declaração de formalidade
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com base nas normas e orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o ITC 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.
A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 21 de março de 2025, todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e, somente essas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.30 Instrumentos financeiros
(III) Depreciação
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais esperados, em uma base linear, por meio de taxas que refletem a vida útil dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado.
Nos valores informados a título de depreciação constam a baixa de depreciação do arrendamento mercantil (CPG 06 (r2)), conforme consta na nota explicativa nº 16.4.

3.31 Instrumentos financeiros
(III) Depreciação
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais esperados, em uma base linear, por meio de taxas que refletem a vida útil dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado.
Nos valores informados a título de depreciação constam a baixa de depreciação do arrendamento mercantil (CPG 06 (r2)), conforme consta na nota explicativa nº 16.4.

2.10 Declaração de formalidade
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com base nas normas e orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o ITC 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.
A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 21 de março de 2025, todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e, somente essas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.32 Instrumentos financeiros
(III) Depreciação
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais esperados, em uma base linear, por meio de taxas que refletem a vida útil dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado.
Nos valores informados a título de depreciação constam a baixa de depreciação do arrendamento mercantil (CPG 06 (r2)), conforme consta na nota explicativa nº 16.4.

3.33 Instrumentos financeiros
(III) Depreciação
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais esperados, em uma base linear, por meio de taxas que refletem a vida útil dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado.
Nos valores informados a título de depreciação constam a baixa de depreciação do arrendamento mercantil (CPG 06 (r2)), conforme consta na nota explicativa nº 16.4.

2.11 Declaração de formalidade
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com base nas normas e orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o ITC 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.
A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 21 de março de 2025, todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e, somente essas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.34 Instrumentos financeiros
(III) Depreciação
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais esperados, em uma base linear, por meio de taxas que refletem a vida útil dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado.
Nos valores informados a título de depreciação constam a baixa de depreciação do arrendamento mercantil (CPG 06 (r2)), conforme consta na nota explicativa nº 16.4.

3.35 Instrumentos financeiros
(III) Depreciação
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais esperados, em uma base linear, por meio de taxas que refletem a vida útil dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado.
Nos valores informados a título de depreciação constam a baixa de depreciação do arrendamento mercantil (CPG 06 (r2)), conforme consta na nota explicativa nº 16.4.

2.12 Declaração de formalidade
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com base nas normas e orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o ITC 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.
A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 21 de março de 2025, todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e, somente essas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.36 Instrumentos financeiros
(III) Depreciação
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais esperados, em uma base linear, por meio de taxas que refletem a vida útil dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado.
Nos valores informados a título de depreciação constam a baixa de depreciação do arrendamento mercantil (CPG 06 (r2)), conforme consta na nota explicativa nº 16.4.

3.37 Instrumentos financeiros
(III) Depreciação
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais esperados, em uma base linear, por meio de taxas que refletem a vida útil dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado.
Nos valores informados a título de depreciação constam a baixa de depreciação do arrendamento mercantil (CPG 06 (r2)), conforme consta na nota explicativa nº 16.4.

2.13 Declaração de formalidade
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com base nas normas e orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o ITC 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.
A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 21 de março de 2025, todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e, somente essas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.38 Instrumentos financeiros
(III) Depreciação
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais esperados, em uma base linear, por meio de taxas que refletem a vida útil dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado.
Nos valores informados a título de depreciação constam a baixa de depreciação do arrendamento mercantil (CPG 06 (r2)), conforme consta na nota explicativa nº 16.4.

3.39 Instrumentos financeiros
(III) Depreciação
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais esperados, em uma base linear

02 de 03

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E INOVAÇÃO INDUSTRIAL - EMBRAPII

CNPJ/MF 18.234.613/0001-59

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Entidade não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Risco de taxa de juros

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes na flutuação da moeda e taxa de juros. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentadas na Nota Explicativa nº 5.

O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do CDI, com insignificante margem de alteração. Segue a análise de sensibilidade da Entidade:

Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5.

Risco Operacional

O risco operacional refere-se à possibilidade de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequações em processos internos, pessoas, tecnologia ou eventos externos. Esse risco pode impactar a capacidade da Entidade de cumprir suas obrigações e compromissos institucionais.

Adoção de processos internos padronizados e monitoramento contínuo para identificar e corrigir falhas operacionais.

Implementação de controles internos e auditorias periódicas, garantindo conformidade com as normas contábeis e regulatórias.

Investimentos em segurança da informação e tecnologia, reduzindo riscos associados a falhas sistêmicas e ciberataques.

Treinamento contínuo dos colaboradores e gestores, promovendo boas práticas operacionais e garantindo a eficiência dos processos.

A Administração acompanha regularmente a eficácia das medidas de mitigação para minimizar o impacto de eventuais riscos operacionais e garantir a continuidade das atividades da Entidade.

Risco de imagem

O risco de imagem refere-se à possibilidade de danos à credibilidade, reputação e confiabilidade da Entidade, decorrentes de falhas na prestação de contas, divulgação de informações, conformidade com normas ou percepções negativas do público e stakeholders.

Monitoramento da percepção pública e relacionamento com stakeholders, por meio de canais institucionais de comunicação.

Adoção de governança institucional, garantindo processos decisórios éticos e bem fundamentados.

Monitoramento da percepção pública e relacionamento com stakeholders, por meio de canais institucionais de comunicação.

Companhamento de riscos reputacionais, com análise periódica dos fatores que possam impactar a credibilidade da Entidade.

Administração reforça seu compromisso com boas práticas de governança e transparência, minimizando a exposição a riscos reputacionais que possam afetar a confiança da sociedade e dos parceiros institucionais.

Caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito

Table with 2 columns: 2024, 2023. Rows: Banco conta movimento, Aplicação financeira (I), Subtotal, Caixa restrito, Banco conta movimento - Recursos restritos, Aplicação financeira - Recursos restritos (I), Total.

(I) Os saldos, aqui apresentados, referem-se a valores brutos, sendo devido o Imposto de Renda Retido na Fonte quando do resgate.

Atendidas as disposições determinadas na Lei nº 9.532 de 1997, art. 15, 3º, na Lei nº 9.637, de 1998, o superávit quando apurado pela EMBRAPII foi destinado, em sua totalidade, para a conta de Subvenções a realizar.

Todas as aplicações financeiras da EMBRAPII são efetuadas junto ao Banco do Brasil, lastreadas em CDI e que possuem vencimentos contratuais de 5 anos. Apesar de as aplicações possuírem vencimentos de 5 (cinco) anos, os recursos depositados em Caixas e Equivalentes de Caixa e Caixa Restrito poderão ser utilizados a qualquer tempo.

Adiantamentos a outras entidades e terceiros

Table with 2 columns: 2024, 2023. Rows: Adiantamentos de folha de pagamento, Adiantamento a fornecedores (I), Depósitos em Garantia (II), Outras Despesas Antecipadas, Total.

(I) A variação do valor adiantado a fornecedor refere-se a fornecedores pagos para a fornecedores que entregaram as mercadorias no início do exercício de 2025.

(II) Os depósitos em garantia são obrigações legais exigidas pelo SEBRAE na assinatura dos contratos.

Computadores, periféricos e Softwares

Table with 2 columns: 2024, 2023. Rows: Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, Direito de uso de imóvel, Direito de uso de Software, Subtotal, Depreciação, Imobilizado líquido.

O Ativo Imobilizado da EMBRAPII, em 31 de dezembro de 2024, é composto exclusivamente para execução das atividades administrativas, e as depreciações desses ativos são calculadas pelo método linear por meio de taxas que refletem a vida útil e econômica dos bens.

O valor demonstrado na rubrica "Direito de uso de imóvel" refere-se a bens classificados pelo CPC 06, conforme nota explicativa 3.9.

O Contrato de aluguel do imóvel de direito de uso, no valor total de R\$ 1.980.000, possui prazo de 5 anos, com correções monetárias aplicáveis após 12 meses. Conforme determina o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 06) R2 em seu item 26 a taxa incremental utilizada para o cálculo do valor presente.

Subvenções a realizar

Table with 2 columns: 2024, 2023. Rows: Subvenções a realizar - Contrato de gestão (a), Subvenções a realizar - SEBRAE (b), Subvenções a realizar - Cont. PPI/lot (c), Subvenções a realizar - Bambu (d), Subvenções a realizar - MOVER (Antigo Rota 2030) (e), Subvenções a realizar - BNDES (f), Subvenções a realizar - Cont. PPI/Hardware (g), Prestações de contas em análise (h), Adiantamentos às Unidades (i), Total.

(i) Referem-se a valores de folha de pagamento que serão quitados em janeiro/2025.

a. Contrato de gestão

O risco de contrato de gestão celebrado entre a União e a EMBRAPII, por intermédio do MCTIC, tem como finalidade de destinar recursos financeiros a projetos de inovação no Brasil.

Abaixo apresentamos a movimentação do referido contrato de gestão: Durante o exercício de 2024 foram recebidos o valor total de R\$ 319,2 milhões. Os reconhecimentos dos dispêndios executados pelas unidades totalizaram 185,7 mi no exercício de 2024.

Table with 2 columns: 2024, 2023. Rows: Subvenções contrato de gestão, Subvenções aplicadas nos projetos, Total.

Table with 2 columns: 2022, 2023. Rows: Descrição, Subvenções contrato de gestão, Subvenções aplicadas nos projetos, Total.

b. SEBRAE

Trata-se do contrato firmado entre a EMBRAPII e o SEBRAE, que possui como objetivo a prestação de serviços para fomento a projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) tecnológica que atendam às demandas de Empreendedores Individuais (EII), microempresas e empresas de pequeno porte, da cadeia industrial em parcerias com instituições de Tecnologia e de Inovação.

No exercício de 2023 foi firmado um novo contrato (038/2023) junto ao SEBRAE que possui o mesmo objetivo do contrato anterior, e que possui o valor de R\$ 116 milhões para um período de 60 meses. Ainda, durante o exercício 2023 foram recebidos R\$ 33.953.000.

Em 31 de dezembro de 2024, as subvenções do SEBRAE perfaziam o montante de R\$ 149.884.577 (R\$ 111.731.588 em 2023) e foi aplicado em projetos o montante de R\$ 61.231.065 (R\$ 40.918.877 em 2023), com saldo remanescente de R\$ 88.653.512 (R\$ 70.812.711 em 2023).

c. PPI/lot

Refere-se ao Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a EMBRAPII e a Secretaria de Empreendedorismo e Inovação - SEMPI do MCTIC. O referido acordo tem por objeto a execução do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da Informação e Comunicação - TICs, com especial prioridade para soluções de PPI/ot e Manufatura e de todas as tecnologias correlatas.

O saldo das subvenções a realizar em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 163.941.983 (R\$ 160.060.000 em 2023). Durante o exercício de 2024 não foram recebidos novos recursos para o PPI/ot. Foram aplicados em projetos no valor de R\$ 12.551.932 e em 31 de dezembro de 2024 e em 2023 perfaziam o valor de R\$ 8.634.840.

d. Bambu

Refere-se ao 12º Termo Aditivo ao 1º contrato de gestão, e possui como finalidade fomentar projetos de PDI na cadeia de Bambu a ser implementados por meio do modelo da EMBRAPII.

O saldo das subvenções a realizar em 31 de dezembro de 2024, após a aplicação de R\$ 504.958, e de 420.549, em 31 de dezembro de 2023 perfaziam o valor de R\$ 3.663.306.

e. MOVER (Antigo Rota 2030)

O Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a EMBRAPII e a Secretaria de Empreendedorismo e Inovação - SEMPI do MCTIC. O total recebido para fomento na área do PPI/Hardware, adicionado os rendimentos de aplicação financeira é de R\$ 90.184.223, e em 2023 e de 94.021.572.

f. Prestações de contas em análise

Referem-se às prestações de contas recebidas de outras entidades e ainda não analisadas por parte da EMBRAPII. Abaixo, apresentamos a composição sumarizada:

Table with 2 columns: 2024, 2023. Rows: 1º Contrato, 2º Contrato, Subvenções aplicadas, Total.

g. PPI/Hardware

Em 2024 não foram recebidos recursos para o Acordo de cooperação Técnica firmado entre a EMBRAPII e a Secretaria de Empreendedorismo e Inovação - SEMPI do MCTIC. O total recebido para fomento na área do PPI/Hardware, adicionado os rendimentos de aplicação financeira é de R\$ 90.184.223, e em 2023 e de 94.021.572.

h. Prestações de contas em análise

Referem-se às prestações de contas recebidas de outras entidades e ainda não analisadas por parte da EMBRAPII. Abaixo, apresentamos a composição sumarizada:

Table with 2 columns: 2024, 2023. Rows: Contrato de Gestão (CG), SEBRAE, PPI/lot, Bambu, MOVER (Antigo Rota 2030), BNDES, Total.

A EMBRAPII está implementando o projeto Glosa Zero, que tem como objetivo principal zerar o backlog de prestação de contas em análise.

i. Adiantamentos às Unidades

Abaixo, apresentamos a movimentação sumarizada dos adiantamentos a outras entidades:

Table with 2 columns: 2024, 2023. Rows: Descrição, Contrato de Gestão, SEBRAE, MOVER (Antigo Rota 2030), Bambu, BNDES, Ministério da Saúde (MS), PPI/Hardware, Total.

O contrato de gestão (CG) em 2024 foi de R\$ 367.314.826 e em 2023 de R\$ 88.760.579.

O SEBRAE em 2024 foi de R\$ 25.928.020 e em 2023 de R\$ 8.934.812.

O PPI/lot em 2024 foi de R\$ 1.735.378 e em 2023 de R\$ 1.735.378.

O Bambu em 2024 foi de R\$ 420.549 e em 2023 de R\$ 105.392.

O MOVER (Antigo Rota 2030) em 2024 foi de R\$ 22.281.650 e em 2023 de R\$ 52.236.931.

O BNDES em 2024 foi de R\$ 419.824.917 e em 2023 de R\$ 1.027.204.807.

O Ministério da Saúde (MS) em 2024 foi de R\$ 17.450.391 e em 2023 de R\$ 37.784.474.

O PPI/Hardware em 2024 foi de R\$ 75.000.000 e em 2023 de R\$ 75.000.000.

O Total em 2024 foi de R\$ 979.082.704 e em 2023 de R\$ 1.201.087.512.

O contrato de gestão (CG) em 2024 foi de R\$ 468.385.425 e em 2023 de R\$ 533.603.892.

O SEBRAE em 2024 foi de R\$ 38.730.946 e em 2023 de R\$ 14.778.885.

O PPI/lot em 2024 foi de R\$ 6.847.761 e em 2023 de R\$ 6.927.969.

O Bambu em 2024 foi de R\$ 43.730.949 e em 2023 de R\$ 87.662.552.

O MOVER (Antigo Rota 2030) em 2024 foi de R\$ 507.464 e em 2023 de R\$ 10.341.

O BNDES em 2024 foi de R\$ 22.464.772 e em 2023 de R\$ 102.353.513.

O Ministério da Saúde (MS) em 2024 foi de R\$ 16.369.675 e em 2023 de R\$ 18.010.717.

O PPI/Hardware em 2024 foi de R\$ 75.000.000 e em 2023 de R\$ 75.000.000.

O Total em 2024 foi de R\$ 596.876.993 e em 2023 de R\$ 979.082.704.

10 Provisões trabalhistas

Provisão de férias 1.716.565 1.255.338

Provisão FGTS férias 128.366 92.051

Provisão INSS férias 419.952 293.254

Provisão PIS férias 15.761 12.179

Total 2.280.644 1.652.822

Referem-se a provisão de férias a pagar para todos os colaboradores ativos da EMBRAPII em dezembro/2024 e 2023.

11 Obrigações tributárias

Imposto de renda retido na fonte sobre folha de pagamento 712.620 574.341

Provisão social sobre folha de pagamento 433.991 302.256

Programa de integração social sobre folha de pagamento 25.564 15.419

Imposto de renda sobre fornecedores e consultores 70.202 26.426

PIS/COFINS de fornecedores 73.567 85.719

ISQN de fornecedores 3.125 2.765

Instituto Nacional do Seguro Social sobre fornecedores 23.133,03 54.265,49

Total 1.292.202 1.061.192

Os saldos apresentados referem-se a folhas de pagamento de dezembro/2024 e 2023 a execução do Imposto e Renda Retido na Fonte sobre a folha de pagamento que possui o saldo da folha de novembro e dezembro de 2024 e 2023.

12 Provisões tributárias

Em 2023, o Conselho Fiscal da EMBRAPII solicitou a atualização dos pareceres e entendimentos sobre a COFINS. Após análise dos consultores jurídicos, concluiu-se que a EMBRAPII não está sujeita ao pagamento da COFINS sobre rendimentos de aplicações financeiras.

Assim sendo, durante o exercício de 2023 e 2024 a EMBRAPII não efetuou a provisão de novos recursos para a COFINS, e, por consequência, efetuou a reversão da COFINS do exercício de 2019. O saldo provisionado de COFINS no exercício de 2024 é de R\$ 5.901.872, e em 2023 é de R\$ 6.744.637.

13 Provisão para riscos civis, fiscais e trabalhistas

Em 2024, o Conselho Fiscal da EMBRAPII solicitou a atualização dos pareceres e entendimentos sobre a COFINS. Após análise dos consultores jurídicos, concluiu-se que a EMBRAPII não está sujeita ao pagamento da COFINS sobre rendimentos de aplicações financeiras.

Assim sendo, durante o exercício de 2023 e 2024 a EMBRAPII não efetuou a provisão de novos recursos para a COFINS, e, por consequência, efetuou a reversão da COFINS do exercício de 2019. O saldo provisionado de COFINS no exercício de 2024 é de R\$ 5.901.872, e em 2023 é de R\$ 6.744.637.

14 Partes relacionadas

Remuneração do pessoal-chave

Table with 2 columns: 2024, 2023. Rows: Descrição, Remuneração diretoria, Benefícios diretoria, Encargos diretoria, Total.

As avaliações de saldo referem-se a Instituição da Diretoria de Planejamento e Gestão e custos com a alteração do quadro de diretoria no exercício de 2024.

15 Abertura das principais contas de despesas

15.1 Despesas com pessoal

Somam os valores de despesas gastos com os colaboradores regidos pela CLT, servidores cedidos de órgãos públicos e estagiários.

15.2 Despesas administrativas

Contemplam as despesas com material de escritório, manutenção da sede, despesas com passagens aéreas, diárias e demais despesas classificadas como necessárias para a execução das atividades-fim da Entidade.

15.3 Tributárias

Contemplam as despesas com material de escritório, manutenção da sede, despesas com passagens aéreas, diárias e demais despesas classificadas como necessárias para a execução das atividades-fim da Entidade.

15.4 Depreciação/Amortização

Contemplam as despesas com material de escritório, manutenção da sede, despesas com passagens aéreas, diárias e demais despesas classificadas como necessárias para a execução das atividades-fim da Entidade.

15.5 Depreciação/Amortização

Contemplam as despesas com material de escritório, manutenção da sede, despesas com passagens aéreas, diárias e demais despesas classificadas como necessárias para a execução das atividades-fim da Entidade.

15.6 Recita Operacional

Contemplam as despesas com material de escritório, manutenção da sede, despesas com passagens aéreas, diárias e demais despesas classificadas como necessárias para a execução das atividades-fim da Entidade.

15.7 Cobertura de seguros

Em 2024, foi renovada a cobertura de seguros contra riscos operacionais e danos materiais no valor total da aplicação de R\$ 20.000.000.

A referida aplicação foi renovada no mês de dezembro de 2024 para todo o exercício de 2025.

15.8 Eventos Subsequentes

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas pelo Conselho de Administração em 21 de março de 2024.

Em 06 de fevereiro de 2025 a EMBRAPII foi comunicada de que o Fundo Nacional de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico (FNDIT) terá seu funcionamento atado a partir de 17 de fevereiro de 2025. A entrada em operação do fundo fará com que os recursos recebidos diretamente pela EMBRAPII pagos pelas instituições, referente ao PROGRAMA MOVER (Antigo Rota 2030), cessarão. Sendo assim a EMBRAPII deverá solicitar recursos ao FNDIT operacionalizado pelo BNDES, conforme previsto na Lei 14.902/2024.

Table with 2 columns: DIRETORIA, TITULO, NOME, CARGO. Rows: Alvaro Toubes Prata - Diretor Presidente, Guilherme Coutinho Calheiros - Diretor de Planejamento e Gestão, Leandro Rodrigues da Silva - Gerente Financeiro, Diogo Renyer de Miranda Araújo - CRC 022261-02/DF

PARER DO CONSELHO FISCAL

RAFAEL GRILLI FELIZARDI - Conselheiro, FRANCIENE PROCOPIO GARCIA - Presidente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à Entidade, bem como seus lucrativos reguladas pela ITG 2002 (R) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis".

Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis sem ressalvas.

Outros assuntos - Demonstrações Contábeis Correspondentes Comparativas

As demonstrações contábeis do exercício em curso em 31 de dezembro de 2023, apresentadas como informações correspondentes para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem ressalvas em 18 de março de 2024.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à Entidade sem fins lucrativos reguladas pela ITG 2002(R) e pelos critérios internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico

http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05302025032600652

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ICP Brasil

52

02 de 03

03 de 03

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E INOVAÇÃO INDUSTRIAL - EMBRAPII

CNPJ/MF 18.234.613/0001-59

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, e não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de

auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à

capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 21 de março de 2025.

MOORE VR AUDITORES E CONSULTORES LTDA RICARDO DE ALBUQUERQUE CAVALANTI
CRC DF 02962/F CONTADOR CRC DF 01838/O-0

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS EMPREGADOS EM POSTOS DE SERVIÇOS DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO

AVISO

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL 2025

A Federação Nacional dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo faz saber aos senhores empregadores dos postos de serviços de combustíveis e derivados de petróleo das áreas inorganizadas em sindicato específico da categoria, em todo território nacional, que em conformidade com os artigos 580, 582, 586, 589, 591 e 605 da Consolidação das Leis do Trabalho, o desconto da Contribuição Sindical Anual deverá ser efetuado até o dia 31 de março de 2025, e recolhido em nome desta Entidade Federativa, até o dia 30 de abril de 2025 impreterivelmente. O valor da contribuição sindical a ser descontado corresponde a 01 (um) dia de trabalho calculado sobre a remuneração dos empregados. Para todos os efeitos legais, compreende-se a remuneração, além da importância fixa estipulada, as gratificações, os prêmios, os adicionais, inclusive de periculosidade e noturno, comissões e/ou vantagens a quaisquer títulos pagos pelo empregador aos empregados, que não estiverem organizados em Sindicato específico da categoria dos empregados em postos de serviços de combustíveis e derivados de petróleo. Ficam os interessados identificados que o não recolhimento da Contribuição Sindical até o prazo de 30 de abril de 2025 importará em multa de 10% (dez por cento), nos primeiros 30 (trinta) dias com adicional de 20% (vinte por cento) e atualização monetária, conforme estabelecido nos artigos 600 e seguintes da CLT, em nova redação, dada pela Lei n.º 6.985 de 13 de abril de 1982. As guias de recolhimento serão expedidas diretamente aos empregadores.

São Paulo, 20 de março de 2025
EUSÉBIO LUÍS PINTO NETO
Presidente da FENEPOSPETRO

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA AO ENSINO E A CULTURA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.006/2025

Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura - FAPEC. OBJETO: Aquisição de Materiais e Equipamentos Permanentes, para atender às demandas do Contrato nº 55/2021 - "Projeto Laboratório de Criatividade e Inovação para a Educação Básica - LABCRIE" (Projeto 151), sob a Coordenação do Prof. Dr. Hércules da Costa Sandim, conforme as especificações constantes no Edital e seus anexos. HORA E DATA DE ABERTURA: Às 09h30min, do dia 08 de abril de 2025 (horário de Brasília). LOCAL: FAPEC, sito à Rua Goiás, 587, Jardim dos Estados, CEP 79020-250, Campo Grande, MS. INFORMAÇÕES NO EMAIL: licitacao@fapec.org ou (67) 99649-9887, entre 07h30min às 16h30min. O edital estará disponível nos sites eletrônicos www.gov.br/compras/pt-br/ e fundacaofapec.org.br/licitacao.

Campo Grande/MS, 25 de março de 2025.
HÉLLEN NUNES TIMOTEO
Membro da comissão de licitação.

FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

(Processo 23076.063804/2020-79)

Quarto Termo Aditivo ao Convênio nº. 80/2021-UFPE, do II Curso de Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização) em Gestão e Economia da Saúde, assinado em 28 de fevereiro de 2025, entre a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco - FADE-UFPE - CNPJ/MF nº 11.735.586/0001-59, neste ato legalmente representada por sua Diretora Presidente, Maira Galdino da Rocha Pitta e a UFPE - CNPJ nº 24.134.488/0001-08, neste ato legalmente representada pelo seu Reitor, Prof. Alfredo Macedo Gomes. Objeto: Prorrogação da vigência por mais 12 (doze) meses, sendo 1 (um) mês, ao final, para a prestação de contas, bem como atualizar o Plano de trabalho e o Orçamento Detalhado.

FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA, APLICAÇÕES E TECNOLOGIA ESPACIAIS

EXTRATO DE CONTRATO

REFERENTE A SPF 0117/2025

CONTRATADA: COMPANHIA ELETROQUÍMICA JAGUARÁ. OBJETO: Aquisição de perclorato. VALOR TOTAL: R\$ 565.248,00. VIGÊNCIA: até 210 dias. ASSINATURAS: 20/03/2025. CONTRATANTE: Josiel Urbaninho de Arruda. CONTRATADA: Mihail da Cunha Rego Pertsew. Convênio: IAE/FSO-DLR.

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo nº 07.861.000.01/2025. Data de Assinatura: 21/03/2025. Contratada: MALVERN PANALYTICAL BV. OBJETO: Dilação do prazo de execução e de vigência contratual, passando o primeiro para 30/05/2025, data que deverá ser entregue integralmente o objeto contratual, e o segundo para 29/08/2025, sem qualquer acréscimo financeiro. CONTRATANTE: Josiel Urbaninho de Arruda. CONTRATADA: Diogo Martuscelli Pereira e Rubens Zampani Junior. Convênio: FINEP/LAIMAGE.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo nº 07.921.000.01/2025. Data de Assinatura: 25/02/2025. Contratada: DELSIS AEROSPACE LTDA. OBJETO: Exclusivamente a dilação do prazo de entrega exclusivamente do primeiro evento, passando de 90 para 120 dias. CONTRATANTE: Josiel Urbaninho de Arruda. CONTRATADA: Carlos Arrifano Schelim. Convênio: SCV/DCTA-CLS.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE LAVRAS

AVISO

REGISTRO DE DIPLOMAS

Extrato das informações sobre o Registro de Diplomas no Diário Oficial da União (ART. 21) Centro Universitário de Lavras, Mantenedora: Fundação Educacional de Lavras - 22.075.444/0001-29

Extrato de Registro de Diplomas Para fins do disposto no art. 21 da Portaria MEC nº 1095, de 25 de outubro de 2018, esta Instituição de Educação Superior informa que foram registrados 366 (trezentos e sessenta e seis) diplomas no período de 26/02/2025 a 12/03/2025, registrados digitalmente no sistema acadêmico. A relação dos diplomas registrados poderá ser consultada em até quinze dias, no endereço <http://pan.unilavras.edu.br:8080/web/app/PortalEducacional/js/aluno/diploma/>.

Lavras, 14 de março de 2025
CHRISTIANE AMARAL LUNKES ARGENTA
Reitora

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

AVISO

REGISTRO DE DIPLOMAS

Mantenedora: Fundação Getulio Vargas; CNPJ 33.641.663/0001-44. Mantida: Escola de Economia de São Paulo.

Para fins do disposto no art. 21 da Portaria MEC nº 1095 de 25 de outubro de 2018, esta Instituição de Ensino Superior informa que foram registrados 9 (nove) diplomas no dia 29/01/2025. Livro 2, sob os registros nº 1494 a 1502. A relação dos diplomas registrados poderá ser consultada no endereço eletrônico: <https://diplomas.fgv.br/#/diploma>.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025
VANESSA DA SILVA
Secretária Geral

FUNDAÇÃO INSTITUTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Processo Licitatório Nº. 113/2024

Convênio: FAPEMIG TEC-APQ-02746-21

Objeto: Aquisição de monitor portátil com a utilização de verba vinculada ao Convênio supracitado. Justificativa: para atender as demandas do projeto. Total de itens solicitados: 01. Valor R\$ 2.740,87 (dois mil, setecentos e quarenta reais e oitenta e sete centavos) Empresa Contratada: Kabum Comércio Eletrônico S.A. CNPJ 05.570.714/0001-59

FUNDAÇÃO NORTE RIO-GRANDENSE DE PESQUISA E CULTURA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo nº 111512025. Contratante: Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura (FUNPEC). Contratada: NEO ENGENHARIA LTDA. Objeto: Construção dos raceway de maior escala". Valor: R\$ 174.624,03 (cento e setenta e quatro mil e seiscentos e vinte e quatro reais e três centavos). Fundamento legal: Art. 26, VI do Decreto 8.241/2014. Autorização: Francisco Alexandre M. de M. Costa, Coord. do Grupo de Compras. Ratificação: Luis Clediston de Noronha Freire, Gerente de materiais. 24 de março de 2025.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Requisição nº 21732025. Contratante: Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura (FUNPEC). Contratada: LUCAS LOPES OLIVEIRA. Objeto: AQUISIÇÃO DE NOTEBOOKS. Valor: R\$ 81.499,92 (OITENTA E UM MIL QUATROCENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS) Fundamento legal: Art. 26, VI do Decreto 8.241/2014. Autorização: Francisco Alexandre M. de M. Costa, Coord. do Grupo de Compras. Ratificação: Luis Clediston de Noronha Freire, Gerente de materiais. 24 de março de 2025.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo nº 112622025. Contratante: Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura (FUNPEC). Contratada: 08.403.578/0001-09 - COMERCIAL JOSE LUCENA LTDA. Objeto: "Aquisição de Insumos para horticultura". Valor: R\$ 507,12 (QUINHENTOS E SETE REAIS E DOZE CENTAVOS). Fundamento legal: Art. 26, VI do Decreto 8.241/2014, art. 75, IV, "c", da Lei nº 14.133/2021. Autorização: Luis Clediston de Noronha Freire, Gerente de materiais. 25 de março de 2025.

FUNDAÇÃO DE PESQUISAS FLORESTAIS DO PARANÁ

AVISO DE SUSPENSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2025

Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no D.O.U. em 13.03.2025. Objeto: Aquisição de 70 (setenta) Desktops Corporativos Avançados, para o projeto FUEP MP0259, conforme especificações contidas no termo de referência.

DIEGO TYSZKA MARTINEZ
Ordenador de Despesas

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

AVISO

REGISTRO DE DIPLOMAS

Mantenedora: Fundação Universidade de Caxias do Sul; CNPJ: 88648761-0001/03. Mantida: Universidade de Caxias do Sul.

Em cumprimento ao disposto no Art. 21 da Portaria 1.095 de 25 de outubro de 2018, o Reitor da Universidade de Caxias do Sul, no uso de suas atribuições legais e estatutárias disponibiliza o extrato das informações de registro de diplomas no período de 01 de fevereiro de 2025 até 28 de fevereiro de 2025: a) Diplomas de cursos de graduação registrados no período: 970 diplomas; b) Livros de registro do período: Livro 228 a 231; c) Intervalo dos números de registro: de 84524 a 85444. A relação dos diplomas registrados poderá ser consultada em até quinze dias, no endereço <http://WWW.UCS.BR/DIPLOMAS>.

Caxias do Sul, 10 de março de 2025.
GELSON LEONARDO RECH
Reitor

